

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE CRÍTICA DA VINCULAÇÃO HISTÓRICA ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL.

Roberto Carlos Simões Galvão

Na história do Brasil republicano, a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), mantiveram o povo brasileiro afastado do processo político nacional. O Estado autoritário impôs-se como o único responsável pela nação, sendo que aos cidadãos cabia o dever de obedecer.

No período ditatorial, sobretudo entre os anos de 1964 e 1985, a educação foi marcada pela repressão, pelo tecnicismo pedagógico, pela privatização do ensino, nesse momento a cidadania foi pouco exercida.

O corolário desta experiência de autoritarismo fez com que muitas gerações se formassem sem ter desenvolvido uma consciência de cidadania e participação nas questões políticas e sociais.

Segundo Freire (2001), “o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está”.

Para o fortalecimento da democracia brasileira entende-se como imprescindível a formação de uma cultura participativa na população, ou seja, que haja um aumento da participação, da informação e do controle sobre os governantes.

Infelizmente no Brasil a participação do povo no poder se limita a comparecer nas urnas de dois em dois anos. A cultura de participação é o primeiro passo para consolidar uma democracia capaz de garantir os direitos sociais de todos os cidadãos.

Considerando o quadro de injustiça social e o descaso histórico do governo para com os direitos fundamentais dos cidadãos no Brasil, a professora *Cecília Peruzzo* (1998) leciona que:

Estes são apenas alguns dos indicativos da importância histórica da educação para a cidadania em sua contribuição para alterações no campo da cultura política, por meio da ampliação do espectro da participação política, não só em nível macro do poder político nacional, mas incrementando-a a partir do micro, da participação em nível local, das organizações populares, e

contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania.

A proposta de uma educação para a cidadania pretende contribuir para fazer de cada indivíduo um agente de transformação do seu mundo. A partir da reflexão sobre a realidade que o circunda, o indivíduo deve identificar os mecanismos sócio-econômicos responsáveis pela miséria e pela marginalização. A escola tem a incumbência relevante de formar cidadãos ativos, protagonistas de uma democracia substantiva e livre de situações de opressão.

Vale ressaltar a posição de Pedro Demo (2002):

Para que a população compreenda, finalmente, que a exclusão política e econômica das maiorias é injusta, historicamente produzida e mantida, necessitamos de uma escola pública que lhe mostre isto criticamente e instrumente-a adequadamente para a luta histórica.

A tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania sempre fora uma constante na história do pensamento e da prática política desde o período imperial.

É inegável que as condições sociais e políticas necessárias ao exercício da cidadania plena ainda não existem no Brasil contemporâneo. O país está em processo de democratização – posto não haver democracia política separada da democracia econômica –, e nesse contexto a educação vem sendo apontada, mais uma vez, como fator imprescindível à conquista da cidadania.

As teorias crítico-reprodutivistas forneceram à intelectualidade um instrumental capaz de desmistificar a idéia de que a educação teria um poder de intervenção nas tramas sociais capaz de corrigir as injustiças e obter equalização social.

Seguramente “reduzir a questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar a questão de base” (ARROYO, 1996). É o que se tenta fazer quando se põe a educação como condição para a cidadania.

Enquanto os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuarem ocultos, não haverá condições de fazer da luta pela educação uma expansão da participação e da cidadania.

Freire (2001) sustenta que,

A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. (...) Se a educação pudesse tudo, e essa é a ingenuidade de muita gente ainda – tenho ouvido de muita gente, neste país e em outros, mas sobretudo neste, que o grande problema deste país é a educação -, como se a educação, a partir de cima, pudesse rearrumar a sociedade que aí está.

Nesse contexto a pesquisa em andamento objetiva um estudo crítico do tema no sentido de questionar até que ponto esta vinculação entre educação e cidadania é pertinente e pode se viabilizar. Trata-se de esclarecer qual a contribuição que a educação pode efetivamente dar para a construção da cidadania e da democracia. Entendendo como cidadania o direito e o acesso de todos a bens materiais e culturais necessários para sua vida.

Convém salientar o pensamento de José Gimeno Sacristán (apud IMBERNÓN, 2000):

a participação política, a estruturação das classes sociais, o desenvolvimento e a distribuição da riqueza não operam à margem dos níveis e tipos de educação dos cidadãos. Portanto, o que indivíduos e sociedades são, o que poderão ser, não pode ser explicado ou projetado, sem serem considerados os efeitos dos sistemas educativos.

Educação significa educar para a sociedade, conforme nos ensina a professora *Cecília Peruzzo (1998)*. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão.

Sérgio Amaral Moretti (1999) complementa ao dispor que a escola,

Além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e a habilitar pessoas para a vida profissional, deve ter um objetivo maior, o de preparar as pessoas para

o exercício de seus direitos. Dos direitos humanos, dos direitos de cidadão, ou seja, dos direitos civis, sociais e políticos.

Uma condição essencial para a democracia está em que os governados queiram escolher seus governantes, queiram participar da vida democrática, sintam-se cidadãos. A verdadeira democracia se constrói com a ação e a participação de todos.

Referindo-se à sociedade democrática John Dewey (1979) leciona que,

Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direções sociais, e hábitos de espírito que permitem mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens.

O desafio essencial que a educação enfrenta é o de como preparar as novas gerações para o trabalho, para a vida social e para a cultura da subjetividade, sem degradá-las, sem submetê-las à opressão social ou aliená-las. Isso porque vivemos numa sociedade concreta, historicamente determinada, em que as relações de produção, as relações políticas e as simbolizações culturais são particularmente alienadoras.

Vejamos a concepção de educação para a cidadania descrita por Jacques Delors (2003):

Não se trata de ensinar preceitos ou códigos rígidos, acabando por cair na doutrinação. Trata-se sim, de fazer da escola um modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres, e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros.

Entretanto, é fundamental questionar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

“Não será brincando de democracia na escola que o cidadão aprenderá a construir a democracia”, assegura Arroyo (1996).

A pesquisa acadêmica, ora em curso, propõe uma reflexão no sentido de saber em que medida a forma como vem sendo colocada a relação entre educação e cidadania está contribuindo para garantir a cidadania dos educandos.

Se considerarmos que educar para a cidadania significa formar indivíduos que conheçam seus direitos fundamentais, suas garantias e obrigações, resta-nos indagar de que forma isto se concretiza no universo do ensino, ou ainda, em que sentido a escola vem promovendo a adesão a valores democráticos, tais como o direito de organização e manifestação, a tolerância com minorias, a defesa da liberdade de opinião e o interesse por participação na vida política.

Conforme leciona Norberto Bóbbio (2002):

A expansão da democracia atualmente consiste na passagem da democracia da esfera política para a esfera social, onde cada indivíduo é considerado não somente cidadão, mas também pai ou filho, empregado ou empregador, professor ou aluno, etc. Assim, a democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas.

Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade de reformar a escola, pois seria contraditório ensinar a democracia no meio de instituições de caráter autoritário, como assegura Jacques Delors (2003).

Olivier Reboul (1984) da mesma forma dispõe que “a educação não pode preparar para a democracia a não ser que também ela seja democrática”.

A construção da cidadania não se separa da construção da sociedade democrática. Preparar os educandos para a vida democrática significa, em primeiro lugar, sublinhar o valor básico da igualdade política, econômica e social.

E assim, segundo alguns autores, a educação formadora de consciências democráticas teria na escola, o ambiente adequado para a consolidação de uma cultura de cidadania e participação.

Para Rigal (*apud* IMBERNÓN, 2000), por exemplo, “a escola também deve cumprir um papel relevante na formação de cidadãos, como sujeitos políticos, para uma democracia substantiva que os exige protagonistas, ativos e organizados”.

Segundo Freire (2001) “a educação, não sendo a chave, a alavanca da transformação social, como tanto se vem afirmando, é, porém, indispensável à transformação social. (...) A educação consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política”.

No mesmo sentido Olivier Reboul (1984) assinala: “se a educação não pode tudo, só ela pode ir contra a raiz da desigualdade, que é a diferença de instrução”.

A idéia de educação deve estar intimamente ligada às idéias de liberdade, democracia e cidadania, construídas através da atividade crítica de cada indivíduo frente aos padrões, normas e idéias impostas pela sociedade onde vive.

Porém, Arroyo (1996) insiste que “a história política conflitiva mostra que o problema do exercício e das formas de participação não é basicamente um problema pedagógico, como a ênfase na vinculação entre educação e cidadania parece supor”.

O mesmo autor assevera: “defender a educação como rito para passar à liberdade, contribui para que a cidadania seja negada, suprimida. (...) Quando pensamos em alterar o comportamento político, logo pensamos em agir sobre os valores, a visão de mundo, a instrução, deixando intocadas as condições materiais de existência a que estão submetidas as classes trabalhadoras”.

A metodologia de pesquisa adotada na pesquisa em curso fundamenta-se na revisão bibliográfica referente ao tema da educação entendida, historicamente, como requisito necessário à participação política e ao exercício da cidadania.

Foi feita uma análise reflexiva dos posicionamentos teóricos relativos à vinculação histórica entre educação, cidadania e participação política.

Está em andamento ainda, um estudo crítico das informações colhidas em bases de dados, publicações de acesso público, como livros, revistas, jornais e publicações eletrônicas, que possibilite saber em que medida a forma como vem sendo trabalhada a

relação entre educação e cidadania, está contribuindo para garantir a cidadania dos educandos.

O estudo da história das escolas públicas nas últimas décadas, possibilitou estabelecer um paralelo entre as possíveis práticas de cidadania e democracia no interior da escola de então, e a realidade que ora se apresenta.

A partir de um paralelo realizado entre as relações professor/aluno no presente e estas mesmas relações no passado, foi possível constatar que relações mais ou menos democráticas dentro da escola refletem a realidade das relações mais ou menos democráticas fora dela, num contexto social e político mais amplo.

NOTAS DE REFERÊNCIA:

- ARROYO, Miguel *et al.* **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6^a.ed., São Paulo: Cortez, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**, Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**, 8.ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.
- DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**, 4^a ed., Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**, 4.ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**, 2.ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- MORETTI, Sergio Amaral. **A escola e o desafio da modernidade**. Revista ESPM. São Paulo: Referência, v. 6, jan./fev. 1999.
- PERUZZO, Cecília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**, 5^a. ed., São Paulo: Nacional, 1984.